

MEC investirá na formação de professores

Decisão prejudica os investimentos destinados à construção de escolas

DEMÉTRIO WEBER

BRASÍLIA - O Ministério da Educação (MEC) vai deixar de investir na construção de escolas de ensino fundamental (antigo 1.º grau) no Sul e no Sudeste este ano. No restante do País, as obras serão feitas por meio de um programa que conta com recursos do Banco Mundial. Mais do que uma contenção de gastos por causa do ajuste fiscal, a medida está ligada à decisão de concentrar esforços na formação de professores, segundo a secretaria-executiva do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), Mônica Messemberg.

Em 98, o FNDE liberou R\$ 450 milhões para a construção e reforma de escolas no País, onde 35,8 milhões de alunos foram matriculados nos 187 mil estabelecimentos de ensino fundamental. Este ano, os projetos de construção de prédios serão ignorados, mas o fundo vai reservar R\$ 300 milhões para programas de qualificação.

“As escolas que tinham de ser construídas e reformadas já foram no ano passado”, disse Mônica ontem, durante a reunião em que o ministro Paulo Renato Souza e dirigentes do MEC apresentaram os projetos do ministério a 25 dos 27 secretários de Estado da Educação do País – a secretaria de São Paulo,



Lindaura Gomes/3AE

Paulo Renato e dirigentes do MEC apresentaram os projetos do ministério aos secretários da Educação

Rose Neubauer, e seu colega do Maranhão, Gastão Vieira, foram os únicos ausentes. O encontro termina hoje.

“Estamos vivendo um momento difícil”, lamentou o secretário de Pernambuco, Éfrem Maranhão, referindo-se à crise econômica. Se os Estados do Sul e do Sudeste vão depender de seus próprios recursos para construir ou reformar escolas

de ensino fundamental, o Norte, o Nordeste e o Centro-Oeste poderão contar com dinheiro do Fundo de Fortalecimento da Escola (Fundescola), programa de US\$ 1,3 bilhão, a ser gasto até 2002, do qual US\$ 650 milhões correspondem a empréstimo do Banco Mundial.

Professores – A decisão de dar prioridade à formação de professores

segue a disposição do MEC de elevar a escolaridade dos docentes. No ensino fundamental, havia 1 milhão deles dando aula no ano passado, dos quais 76 mil tinham concluído no máximo a 8.ª série. Somados ao contingente do ensino médio (antigo 2.º grau) e da educação infantil, os professores leigos chegam a 113 mil no País.

Para enfrentar essa realidade – o

Plano Decenal de Educação em tramitação no Congresso estipula que, em dez anos, todos os professores tenham nível superior –, Paulo Renato anunciou a criação pelo MEC de cursos normais (magistério) de nível médio e superior a distância. A proposta está sendo elaborada pela secretaria de Ensino Fundamental, Iara Prado, e deve ser apresentada em março. O ministério deverá providenciar o material didático e organizar o curso em módulos. As aulas seriam financiadas pelos governos estaduais.

A ampliação do ensino fundamental de oito para nove anos, outro tema discutido no encontro, precisa ainda de esclarecimentos. A opinião é do ministro Paulo Renato, que pretende devolver ao Conselho Nacional de Educação parecer que regulamenta o assunto. O ministro tem dúvidas sobre os procedimentos a serem adotados na transferência de alunos. “Falta uma regra clara de conversão”, concluiu.

Crítica – Paulo Renato criticou ontem o projeto de 120 escolas privadas do Distrito Federal de conceder este ano descontos de até R\$ 150,00 mensais a 12,5 mil alunos da rede pública. Ontem, começaram a ser distribuídos formulários para a seleção dos estudantes interessados em receber o cheque-educação. Segundo o ministro, as instituições privadas deveriam contribuir para melhorar o sistema público de educação: “E não retirar os melhores alunos da rede pública”, disse ele.